

## Senadores cobram ação do governo na guerra fiscal

*Posições de Geraldo Melo e de Joel de Hollanda convergem para um ponto: conflito entre estados deve ser evitado com atuação do Executivo*

A inexistência de uma política que procure reduzir as diferenças regionais obriga os governos dos estados a buscarem soluções individuais, "nem sempre harmoniosas", que resultam em competições e conflitos. A análise sobre a chamada "guerra fiscal" foi feita pelo senador Geraldo Melo, que atribuiu o problema à falta de planejamento. O senador Joel de Hollanda também defende uma ação do governo no sentido de evitar as disputas entre unidades da Federação. Segundo Hollanda, o governo deve empenhar-se no sentido de favorecer investimentos nos estados mais pobres. **Página 3**



Antonio Carlos Magalhães

### Mulher e religioso poderão prestar o serviço civil

As mulheres e os religiosos poderão prestar o serviço civil obrigatório, conforme projeto de emenda constitucional apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A emenda prevê ainda que os homens dispensados do serviço militar obrigatório, por convicções religiosas, políticas ou filosóficas, ficarão obrigados a prestar o serviço civil.

Conforme a proposta, todos poderão ser aproveitados, durante o serviço civil, nas atividades de assistência social, enfermagem e trabalhos burocráticos nas unidades militares ou em qualquer outro setor da comunidade. Eles trabalharão inclusive para prefeituras ou órgãos públicos federais ou estaduais. O senador afirma que sua emenda é mais ampla que a proposta do governo, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Para tornar mais atraente o serviço civil obrigatório, ACM sugere que a legislação estabeleça incentivos aos jovens, como a contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria. A emenda, que muda o artigo 143 da Constituição, receberá nos próximos dias parecer do relator, senador Romeu Tuma (PSL-SP), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Marina teme desmoralização da Justiça

### Marina recorre à Justiça para manter Darli preso no DF

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que impetrou recurso junto ao Tribunal de Justiça do Acre, solicitando a permanência de Darli Alves da Silva, acusado de ser o mandante do assassinato de Chico Mendes, na Penitenciária da Papuda, em Brasília, onde cumpre pena.

O recurso, assinado também pelo Comitê Chico Mendes e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, contesta a transferência de Darli para a mesma penitenciária, no Acre, de onde fugira. A decisão de transferir o preso foi tomada recentemente pela Justiça acreana.

A autorização pode resultar em outra fuga daquele prisioneiro, já que as instalações onde Darli teria que cumprir pena, em Rio Branco, não sofreram qualquer tipo de reforma para evitar

evasões de criminosos de alta periculosidade. Se Darli voltar para o Acre e conseguir fugir da cadeia, teremos mais que um escândalo internacional - informou a senadora.

Marina Silva considera que uma nova fuga poderia representar a desmoralização de toda a Justiça brasileira. Em sua opinião, é lamentável que, após conseguir-se prender um dos dois assassinos - o filho de Darli é o segundo acusado e se encontra foragido -, ele possa ser reconduzido, legalmente, ao lugar de onde fugiu.

A senadora afirma ainda que o próprio presidente do Tribunal de Justiça do Acre é contra a volta de Darli àquele estado. Marina Silva manifestou sua esperança de que o recurso impetrado seja examinado no prazo mais rápido possível.

### Josaphat e Requião contra a reeleição

O debate sobre a possibilidade de reeleição para os detentores de mandatos no Executivo é prematuro e visa distrair a atenção dos brasileiros dos problemas que realmente preocupam o País. Esta opinião foi manifestada ontem pelo senador Roberto Requião. Já o senador Josaphat Marinho manifestou-se contra a reeleição, por considerar que se trata de um processo "deseducativo". Josaphat teme a intervenção do poder público nas eleições. **Página 4**

# Valmir quer acabar com "contrato de gaveta"

*Senador propõe que transferência de imóvel financiado pelo SFH seja feita pela Caixa Econômica Federal sem o aumento das prestações e sem o reajuste do saldo devedor*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu ontem projeto de lei de sua autoria que proíbe a Caixa Econômica Federal de aumentar as prestações, os juros, o saldo devedor e de cobrar novas taxas na transferência de imóveis com financiamento dentro do Sistema Financeiro da Habitação. Na prática, o projeto acabará com os chamados "contratos de gaveta", pelos quais o novo proprietário, sem condições de pagar prestações mais elevadas, faz um contrato particular com o vendedor, mas não transfere o imóvel para o seu nome.

O senador Valmir Cam-



Valmir Campelo: função da Caixa tem cunho social

pelo explica que seu projeto é mais amplo e objetivo, na parte que trata da transferência de donos, do que a medida provisória baixada recentemente pelo presidente da República.

- Quem compra um imóvel financiado já gastou muito dinheiro para pagar o ágio e, desse jeito, não tem a menor condição de pagar prestações duplicadas ou até tripli-

casas. Não é justo que a Caixa Econômica Federal tente ganhar aproveitando-se da mudança de dono - diz Valmir. - Eu entendo que a CEF tem de exercer um papel muito mais social do que comercial. A Caixa é um banco social e tem o dever de atender a uma clientela que não é alcançada pela iniciativa privada.

Um outro projeto, com objetivo semelhante, foi apresentado há alguns meses pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) e, junto com a proposta de Valmir Campelo, já está em final de análise nas comissões, de onde seguirá para votação em plenário.

## Senado volta a deliberar a partir de 8 de outubro

Com o fim das disputas eleitorais na maior parte do País, o Senado programou para o próximo dia 8 a retomada de suas votações em plenário. Em pauta, um grande conjunto de requerimentos de parlamentares, propondo tramitações conjuntas de projetos, bem como a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

Caso a Comissão de Assuntos Econômicos tenha condições de dar parecer, duas outras propostas ofe-

recem condições para deliberação pelo plenário do Senado. Um projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF), criando área de livre comércio em Brasília, e a proposta da Casa que

dispõe sobre a proteção pelo Estado de vítima ou testemunha de crime. Apenas as sessões de 8 e 9 de outubro definiram suas pautas de votação. A partir do dia 10 as sessões estão com agen-

da em aberto para permitir a organização de pautas de votação com projetos prioritários a serem apreciados no esforço concentrado que será feito até o final do ano legislativo.



Eduardo Suplicy

### Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

**D**esenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

### Agenda do Dia

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

# Melo atribui guerra fiscal à falta de planejamento

*Inexistência de uma política que procure reduzir as diferenças regionais obriga os governos dos estados a buscarem soluções individuais "nem sempre harmoniosas", diz o senador*

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) considerou imperativo que as autoridades responsáveis pelo planejamento global do País incluam no programa econômico um "capítulo" que atenda as necessidades das regiões brasileiras menos desenvolvidas.

Para ele, a inexistência de uma política que contemple as diferenças regionais, procurando diminuí-las, obriga os governos dos estados a buscarem soluções individuais "nem sempre harmoniosas", que resultam em competições e conflitos desneces-

sários. "Não existe uma guerra fiscal no Brasil. Falta, isto sim, um planejamento global de desenvolvimento do País", garantiu o senador.

Geraldo Melo entende que o Brasil, "com a participação e sacrifício de todas as regiões, equipou o Centro-Sul, transformando-o no pólo dinâmico nacional". A seu ver, os brasileiros, mesmo os que jamais contribuíram para o crescimento da dívida externa ou interna, absorvem "com patriotismo" os custos desse desenvolvimento regionalizado, "necessário à reconstrução do País".

- É inconcebível, diante de tudo isso, que a sociedade brasileira não considere orientar os esforços nacionais para favorecer as regiões que hoje estão mais atrasadas - argumentou o

senador. Segundo julga, será necessário, de agora em diante, inverter-se a velocidade no desenvolvimento das regiões brasileiras.

Geraldo Melo acredita que o crescimento das regiões



Geraldo Melo

menos desenvolvidas não se opõe aos interesses das que possuem mais recursos. "Com dinheiro no bolso, os brasileiros das regiões atualmente

mais pobres constituirão um grande e novo mercado para os produtos do Centro-Sul. Assim, longe de haver oposição, o que há é complementação de interesses", garantiu o senador.

## Joel de Hollanda defende ação do Executivo para evitar conflitos

O governo federal deveria empenhar-se em ajudar a direcionar os investimentos da iniciativa privada para as regiões menos desenvolvidas do País. O ponto de vista foi defendido ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). A seu ver, esse deveria ser o papel a ser exercido pelo Executivo para resolver a questão da chamada guerra fiscal.

O senador considera natural que os estados estejam enfrentando essa disputa na tentativa de atrair maiores investimentos, já que "o setor público está esgotado e exaurido".

Para Hollanda, é normal que os empresários queiram ir para aquelas regiões que oferecem melhores incentivos, quer



Joel de Hollanda

fiscais e financeiros, quer sob a forma de terrenos. "É sobretudo nesta fase de retomada do desenvolvimento, nesta fase de estabilização da economia, que os empresários podem planejar melhor seus orçamentos e verificar onde existem possibilidades de retorno de seus investimentos", acrescentou.

O senador afirmou que a bancada nordestina do Senado tem sido um grupo muito atuante em defesa da região, estando permanentemente promovendo reuniões e debates com o objetivo de incorporar o Norte-Nordeste ao desenvolvimento que se tem concentrado mais ao sul do País.

- Não se justifica mais que todos os empreendimentos que venham para o Brasil, inclusive com o apoio do capital estrangeiro, localizem-se no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. Isso termina aumentando as desigualdades sociais, inchando a população desses grandes centros urbanos e aumentando a miséria e a pobreza no Nordeste - argumentou.

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.



# Reeleição deseduca, segundo Josaphat

*Primeiro é preciso ampliar a educação política do povo, alargar o conceito de cidadania, argumenta o senador, para só depois se pensar na idéia da recondução dos governantes*

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ser contrário à aprovação de uma emenda constitucional prevendo a possibilidade da recondução de ocupantes de cargos no Executivo, porque o processo de reeleição, no Brasil, é "deseducativo". Segundo o senador, não se trata de um problema ideológico ou filosófico, mas sim de educação e de conveniência política:



Josaphat Marinho

ampliar a educação política do povo, alargar o conceito de cidadania, dar ao homem do in-

terior, do longo interior do País, a certeza de que ele é um julgador no processo eleitoral, transmitir-lhe a convicção do respeito ao seu direito de decidir. Só depois de tudo isso é que se pode pensar na idéia de reeleição.

## INTERVENÇÃO

O senador lembrou que a tradição brasileira "irrecusável" é de intervenção do poder público nas eleições:

- Não há por que se admitir outro procedimento na hi-

pótese de reeleição. E é por isso que, insisto, a inovação é deseducativa. Depois, eu ouvi o presidente da República, depois de eleito, repelir a idéia de reeleição - ressaltou Josaphat Marinho.

Para Josaphat Marinho, não importa que haja reeleição em outros países, já que as condições culturais, sociais e econômicas são diferentes:

- Temos que adaptar o problema a nosso quadro institucional, econômico e social.

## Requião: Propósito do governo é desviar atenção

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que a atual discussão da idéia de emendar a Constituição para permitir a reeleição dos ocupantes de cargos no Executivo é prematura e visa apenas distrair a opinião pública dos problemas realmente preocupantes, que incomodam o País.

- Divertir, do italiano *divertere*, significa desviar do que importa. É o que o governo está fazendo com essa tese da reeleição - disse o parlamentar.

Requião informou que nos últimos dias percorreu 160 municípios do Paraná e que pôde constatar junto às populações interioranas a realidade resultante da política econômica do governo.

- Desde o Plano Real, o

Paraná perdeu 55 mil unidades produtivas, constituídas por parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros. Mais de 10 mil propriedades estão à venda no estado, que sempre foi um dos maiores produtores agrícolas do País - informou o senador.

## JULGAMENTO

Conforme Requião, o Brasil colheu 6 milhões e 300 mil toneladas de trigo em 1988, sendo 90% dessa produção oriunda do Paraná. Este ano, acrescentou, o País não colherá nem 2 milhões de toneladas. afirmou também que este ano o Brasil colherá 150 mil toneladas de algodão, quando, antes do Plano Real, teve colheitas de 850 mil toneladas. Ele não acredita que a opinião pública esteja otimista com o governo como demonstram as

pesquisas, e se disse preocupado com a perda de empregos na indústria automobilística desde o Plano Real.

- Essa indústria produziu 60% a mais de veículos, mas a indústria de autopeças só ampliou sua produção em 10%. Isso significa que estamos importando peças e desnacionalizando o parque industrial. Estamos regredindo ao Brasil agropastoril, anterior a Juscelino Kubitschek.

Requião sustenta que os estados brasileiros estão quebrados e que o governo federal, "à falta de um planejamento

global, mantém a política do Plano Real à custa da pobreza do País". Em sua opinião,

o julgamento mais real a que o governo está submetido ocorre em São Paulo, com o mau desempenho do candidato José Serra na corrida para a prefeitura.

- Não adianta o governo fazer investimentos publicitários para dizer que vai bem e vender à opinião pública um Brasil virtual. Em vez de discutir reeleição, o governo deveria estar mais preocupado com o êxodo rural, o fechamento de indústrias, a falência da agricultura e o desemprego - advertiu Requião.



Roberto Requião

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR VALMIR CAMPELO

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Hélio Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
**Editores:** Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Osmar Miranda e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal